

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.397.784.793
Preferenciais	0
Total	1.397.784.793
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.013.226	2.850.067	2.400.862
1.01	Ativo Circulante	104.047	389.416	221.717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.889	338.173	146.902
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.611	20.699	45.895
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.611	20.699	45.895
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	13.611	20.699	45.895
1.01.03	Contas a Receber	34.694	27.579	26.630
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	34.617	27.579	26.630
1.01.03.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	77	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.222	721	308
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.222	721	308
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.385	2.071	1.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	246	173	106
1.01.08.03	Outros	246	173	106
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	23	24	1
1.01.08.03.02	Outros Créditos	223	149	105
1.02	Ativo Não Circulante	2.909.179	2.460.651	2.179.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	182.423	36.624	34.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	139.489	13.317	8.061
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	139.489	13.317	8.061
1.02.01.04	Contas a Receber	181	15	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	181	15	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	41.643	23.222	25.278
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.643	23.222	25.278
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.110	70	1.269
1.02.03	Imobilizado	12.952	17.640	4.881
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	460	504	435
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.492	17.136	4.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04	Intangível	2.713.804	2.406.387	2.139.656
1.02.04.01	Intangíveis	2.713.804	2.406.387	2.139.656
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.390.064	2.097.078	1.933.908
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	323.740	309.309	205.748

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.013.226	2.850.067	2.400.862
2.01	Passivo Circulante	206.404	150.013	112.920
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.217	9.305	8.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.217	9.305	8.332
2.01.02	Fornecedores	40.241	28.159	26.179
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.241	28.159	26.179
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.274	11.150	7.312
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.121	8.291	4.781
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.072	5.306	945
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.049	2.985	3.836
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.153	2.859	2.531
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.498	59.019	23.884
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.900	17.429	-107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.900	17.429	-107
2.01.04.02	Debêntures	50.598	41.590	23.991
2.01.05	Outras Obrigações	37.800	36.085	37.818
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	989	6.022	2.373
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	989	6.022	2.373
2.01.05.02	Outros	36.811	30.063	35.445
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	1.884	8.939
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	949	2.574	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	15.323	5.653	9.389
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	14.063	12.788	10.362
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	1.435	1.251	1.261
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.436	1.251	1.261
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	3.605	4.662	4.233
2.01.06	Provisões	18.374	6.295	9.395
2.01.06.02	Outras Provisões	18.374	6.295	9.395

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	1.230	0	0
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	17.144	6.295	9.395
2.02	Passivo Não Circulante	1.417.536	1.253.116	896.088
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.240.431	1.116.115	777.738
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	916.141	778.133	411.612
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	916.141	778.133	411.612
2.02.01.02	Debêntures	324.290	337.982	366.126
2.02.02	Outras Obrigações	9.463	12.604	370
2.02.02.02	Outros	9.463	12.604	370
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	9.463	12.604	370
2.02.04	Provisões	167.642	124.397	117.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	295	38	8
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	295	38	8
2.02.04.02	Outras Provisões	167.347	124.359	117.972
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	66.912	24.700	5.421
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	100.435	99.659	112.551
2.03	Patrimônio Líquido	1.389.286	1.446.938	1.391.854
2.03.01	Capital Social Realizado	1.348.386	1.409.086	1.348.386
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.348.386	1.409.086	1.348.386
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	60.700
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	60.700
2.03.04	Reservas de Lucros	40.900	37.852	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.682	2.482	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	38.218	35.370	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-17.232

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	788.719	752.613	469.279
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-604.139	-552.390	-354.771
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-265.102	-210.968	-125.760
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-339.037	-341.422	-229.011
3.03	Resultado Bruto	184.580	200.223	114.508
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.306	-13.611	-15.211
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.581	-14.489	-15.226
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-24.581	-14.489	-11.819
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-3.407
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.275	878	15
3.04.04.03	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	2.275	878	15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	162.274	186.612	99.297
3.06	Resultado Financeiro	-156.177	-90.626	-37.754
3.06.01	Receitas Financeiras	10.344	3.660	6.883
3.06.01.01	Receitas Financeiras	10.344	3.660	6.883
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.521	-94.286	-44.637
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-166.498	-94.247	-44.618
3.06.02.02	Variação cambial líquida	-23	-39	-19
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.097	95.986	61.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.099	-29.112	-17.262
3.08.01	Corrente	-20.520	-27.056	-16.318
3.08.02	Diferido	18.421	-2.056	-944
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.998	66.874	44.281
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.998	66.874	44.281
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0029	0,048	0,0331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	3.998	66.874	44.281
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.998	66.874	44.281

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	166.210	154.338	12.792
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	273.377	259.754	139.134
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	3.998	66.874	44.281
6.01.01.02	Baixa de ativos permanentes	1.163	0	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-18.421	2.056	944
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	0	-594
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-5.269	-211	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	97.650	52.406	10.796
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	52.937	30.044	22.898
6.01.01.10	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	10.327	7.789	7.312
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	708	244	41
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	41.199	18.656	5.247
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	89.085	81.896	48.209
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-107.167	-105.416	-121.136
6.01.02.01	Contas a receber	-7.038	-949	-26.630
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-77	0	0
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.354	1.004	-1.717
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	2.836	-184	30
6.01.02.06	Pagamento de juros	-69.767	-59.032	-39.007
6.01.02.07	Outros Créditos	-74	-44	-54
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.856	-21.775	-13.922
6.01.02.09	Outras contas a receber	-166	-15	0
6.01.02.11	Fornecedores	-18.697	-37.250	-5.720
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-4.200	2.449	-4.679
6.01.02.13	Cauções Contratuais	222	844	408
6.01.02.14	Obrigações Sociais	912	973	5.003
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	1.231	21.606	3.539
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimo	273	-9.073	-36.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.18	Credores pela concessão/Taxa de fiscalização	369	-20	2.522
6.01.02.19	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-451	-214	-33
6.01.02.20	Outras contas a pagar	9.670	-3.736	-3.923
6.01.03	Outros	0	0	-5.206
6.01.03.01	Outros valores pagos	0	0	-5.206
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-408.659	-278.425	-265.037
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-69	-143	-444
6.02.02	Adições ao Intangível	-291.438	-298.204	-212.959
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-124.240	-6.323	-8.061
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	0	1.049	0
6.02.11	Aplicação Financeira	7.088	25.196	-43.573
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.835	315.358	397.955
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-5.209	-7.573	0
6.03.02	Captações de empréstimos	90.000	362.808	438.418
6.03.03	Pagamento empréstimos – principal	-17.886	0	0
6.03.04	Pagamento de dividendos	-2.575	0	0
6.03.13	Emissão de debêntures	0	0	400.000
6.03.14	Pagamento de debêntures - principal	-45.581	-24.987	-308.000
6.03.15	Distribuição de juros sobre capital próprio	-1.884	-14.890	0
6.03.18	Pagamento de credores pela concessão	0	0	-248.463
6.03.19	Aumento de Capital / Devolução	-60.700	0	55.300
6.03.20	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	60.700
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-286.284	191.271	145.710
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	338.173	146.902	1.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.889	338.173	146.902

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.409.086	0	37.852	0	0	1.446.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.409.086	0	37.852	0	0	1.446.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-60.700	0	0	-950	0	-61.650
5.04.01	Aumentos de Capital	-60.700	0	0	0	0	-60.700
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-950	0	-950
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.998	0	3.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.998	0	3.998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.048	-3.048	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	200	-200	0	0
5.06.04	Reservas de Lucros a Realizar	0	0	2.848	-2.848	0	0
5.07	Saldos Finais	1.348.386	0	40.900	0	0	1.389.286

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60.700	-60.700	0	-11.790	0	-11.790
5.04.01	Aumentos de Capital	60.700	-60.700	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.574	0	-2.574
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.216	0	-9.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.874	0	66.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.874	0	66.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.852	-37.852	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.482	-2.482	0	0
5.06.04	Reservas de Lucros a Realizar	0	0	35.370	-35.370	0	0
5.07	Saldos Finais	1.409.086	0	37.852	0	0	1.446.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.293.086	0	0	-50.997	0	1.242.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.293.086	0	0	-50.997	0	1.242.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.300	60.700	0	-10.516	0	105.484
5.04.01	Aumentos de Capital	55.300	0	0	0	0	55.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.516	0	-10.516
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	60.700	0	0	0	60.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.281	0	44.281
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.281	0	44.281
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	881.793	813.553	491.826
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	487.912	445.539	256.744
7.01.02	Outras Receitas	393.881	368.014	235.082
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	339.037	341.422	229.011
7.01.02.02	Outras	6.675	5.246	6.071
7.01.02.03	Juros Capitalizados	48.169	21.346	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-493.894	-452.777	-294.954
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-59.552	-45.199	-31.206
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.361	-14.875	-10.485
7.02.04	Outros	-414.981	-392.703	-253.263
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-339.037	-341.422	-229.011
7.02.04.02	Custo da Concessão	-32.186	-30.594	-17.741
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-41.199	-18.656	-5.247
7.02.04.04	Outros	-2.559	-2.031	-1.264
7.03	Valor Adicionado Bruto	387.899	360.776	196.872
7.04	Retenções	-89.085	-81.896	-48.209
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89.085	-81.896	-48.209
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	298.814	278.880	148.663
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.321	3.621	16.757
7.06.02	Receitas Financeiras	10.344	3.660	6.883
7.06.03	Outros	-23	-39	9.874
7.06.03.03	Juros capitalizados	0	0	9.893
7.06.03.04	Outros	-23	-39	-19
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	309.135	282.501	165.420
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	309.135	282.501	165.420
7.08.01	Pessoal	44.699	31.101	26.183
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.044	23.073	20.612
7.08.01.02	Benefícios	8.464	6.565	4.349

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.191	1.463	1.222
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.937	68.046	40.360
7.08.02.01	Federais	20.532	45.724	27.385
7.08.02.02	Estaduais	0	0	1
7.08.02.03	Municipais	24.405	22.322	12.974
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	215.501	116.480	54.596
7.08.03.01	Juros	150.587	82.450	33.694
7.08.03.02	Aluguéis	1.304	1.073	618
7.08.03.03	Outras	63.610	32.957	20.284
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	45.934	18.630	3.729
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debentures	2.235	2.716	6.164
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	15.441	11.611	10.391
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.998	66.874	44.281
7.08.04.02	Dividendos	950	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.048	66.874	44.281

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA VIAPULISTA S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ViaPaulista S.A. ("Sociedade" ou "ViaPaulista") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A ViaPaulista S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP nº0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga - Franca), constituído pela Rodovia SP 255 do quilômetro 2+800 ao 147+300, do quilômetro 155+770 ao 237+770, do quilômetro 288+190 ao 320 e do quilômetro 334+250 ao 357+430, Rodovia SP 257 do quilômetro 0 ao 19+500, Rodovia SP 318 do quilômetro 235+400 ao 280, Rodovia SP 328 do quilômetro 289+830 ao 302+060, do quilômetro 304+310 ao 306+820 e do quilômetro 307+600 ao 311+930, Rodovia SP 330 do quilômetro 240+500 ao 318+500, Rodovia SP 334 do quilômetro 318 ao 406, Rodovia SP 345 do quilômetro 10+500 ao 39+100, Rodovia SP 249 do quilômetro 144+150 ao 158+400, Rodovia SP 304 do quilômetro 293+910 ao 295+930, Rodovia SP 281 do quilômetro 43+360 ao 70+850, Interligação SPI 274/310 do quilômetro 0 ao 2 e acessos, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Atualmente, a Sociedade opera onze praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Boa Esperança do Sul	SP 255 - km 117 + 220	8,90
Jau	SP 255 - km 165 + 600	5,40
Coronel Macedo	SP 255 - km 331 + 500	6,50
Botucatu	SP 255 - km 229 + 040	5,90
Itaí	SP 255 - km 306	6,50
Batatais	SP 334 - km 344	9,20
Restinga	SP 334 - km 374 + 500	9,20
São Simão	SP 330 - km 281	8,30
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330 - km 253	8,30
Guatapará	SP 255 - km 45 + 500	14,50
São Carlos	SP 318 - km 254 + 374	6,70

EVENTOS RELEVANTES

Em 13 de dezembro de 2021, a Sociedade obteve a 3ª liberação dos Sub-créditos “1” “2” e “5” no valor de R\$90 milhões referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Covid-19

No período de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais stakeholders, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das sociedades brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iii) Medida Provisória nº 927/2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).

(ii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de junho de 2020.

(iii) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamento parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Diante do prolongamento do estado de calamidade pública originário da pandemia, a Sociedade, de modo complementar, implementou a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como Grupo de Risco do COVID-19, e que não conseguiram remanescer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

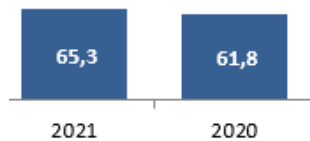
desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no Grupo de Risco.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**Tráfego**

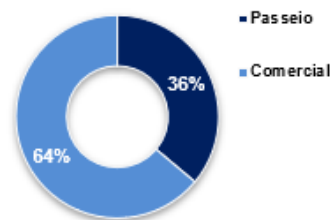
O tráfego pedagiado totalizou 65,3 milhões de veículos equivalentes em 2021, 5,7% acima do exercício de 2020, reflexo da transferência do trecho remanescente (Autovias) em julho de 2019 e início de trafegabilidade da praça de São Carlos em janeiro de 2020.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2021 foi de 36% de veículos pesados e 64% de veículos leves.

**Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes
(R\$ milhões)**

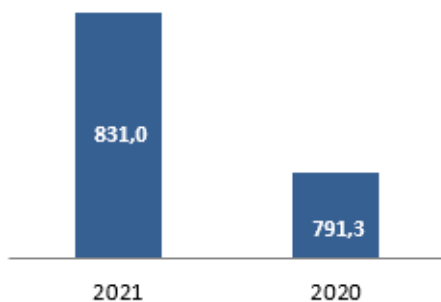


Composição do Tráfego 2021

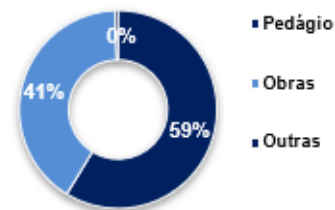
**Receita**

A receita operacional bruta da Sociedade, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$831 milhões em 2021, com aumento de 5,0% em relação aos R\$791,3 milhões registrados em 2020.

**Receita Bruta
(R\$ milhões)**



**Composição da Receita Bruta
Ano 2021**



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita de construção da Sociedade, totalizou R\$339 milhões em 2021, resultando uma redução de 0,7% em relação aos R\$341,4 milhões registrados em 2020. Ela acompanha o volume de obras da Sociedade.

A receita de pedágio registrou alta de 9,51%, passando de R\$ 445,5 milhões em 2020 para R\$ 487,9 milhões em 2021, justificado pelo reajuste das tarifas e aumento do tráfego, previamente mencionadas.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 4,1 milhões, 6,2% menor que em 2020, justificada principalmente pela menor arrecadação da T.A.P.-Tarifa Adicional de Pedágio (excesso eixo).

No ano de 2021 a Sociedade obteve uma receita líquida de R\$ 788,7 milhões, 4,8% maior em comparação com 2020, justificadas pelas informações já citadas acima.

Custos e Despesas**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2021	2020	Var.
Custo dos serviços de construção	(339,0)	(341,4)	-0,7%
Serviços de terceiros	(25,2)	(26,0)	-3,3%
Pessoal	(44,7)	(31,1)	43,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(41,2)	(18,7)	120,8%
Conservação	(41,9)	(25,0)	67,8%
Verba de fiscalização	(14,8)	(13,5)	9,4%
Custos com poder concedente	(14,8)	(13,5)	9,4%
Seguros e garantias	(2,7)	(3,6)	-25,7%
Consumo	(7,7)	(6,0)	28,3%
Outros	(5,5)	(5,3)	2,9%
Custos e despesas	(537,4)	(484,1)	11,0%

Os custos e despesas totais (excluindo depreciações e amortizações), em 2021 tiveram aumento de R\$53,3 milhões, 11,0% em comparação ao exercício de 2020. E é justificado principalmente pelos seguintes fatores:

- Aumento em R\$13,6 milhões com o “Pessoal”, referente à internalização dos operadores de guinchos.
- Aumento em R\$22,5 milhões em “Provisão de Manutenção” e R\$16,9 milhões em “Custos com Conservação” refere-se aos serviços de conservação (pavimento,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

drenagem, revestimento vegetal) que em 2020 fizeram parte das obras do Programa de Adequação Inicial (PAI) e em 2021 está enquadrada como custos de conservação/manutenção e provisão de manutenção devido ao reajuste Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA das obras previstas.

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Sociedade.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2021	2020	Var.
Receita líquida	788,7	752,6	4,8%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(537,4)	(484,1)	11,0%
EBITDA ¹	251,4	268,5	-6,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	41,2	18,7	120,8%
EBITDA Ajustado ²	292,6	287,2	1,9%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras sociedades.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Sociedade entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício."

A Sociedade entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o exercício de 2021 em R\$292,6 milhões. Esse resultado foi gerado se justificando pelas variações de receitas e custos e despesas, previamente mencionadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

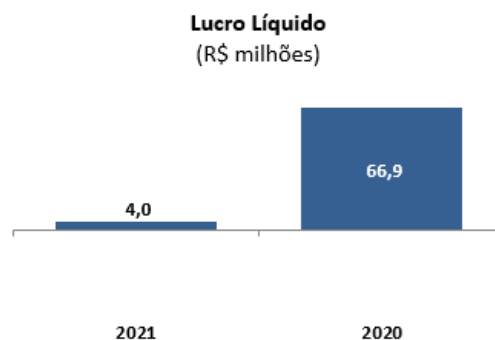
Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2021	2020	Var.
Receitas Financeiras	10,3	3,7	182,6%
Despesas Financeiras	(166,5)	(94,3)	76,6%
Resultado Financeiro Líquido	(156,2)	(90,6)	72,3%

O resultado financeiro líquido de 2021 foi negativo em R\$156,2 milhões. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram os encargos financeiros que totalizou R\$150,6 milhões em 2021, resultando um aumento de 82,6% em relação aos R\$82,5 milhões registrados em 2020, esse aumento é justificado conforme a seguir:

- No exercício de 2020, ocorreu a 2ª liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES, em 13 de abril de 2020.
- No exercício de 2021, ocorreu a 3ª liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES, em 13 de dezembro de 2021
- Dado ao cenário macro e microeconômico afetados pela pandemia Covid-19, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, base para cálculo no reconhecimento de juros e atualizações monetárias fechou o exercício de 2021 em 5,03%, acima do centro da meta para o exercício, contra 4,52% em 2020, aumentando as despesas com juros.

Lucro Líquido

A Sociedade encerrou o exercício de 2021 com lucro líquido de R\$4 milhões, uma redução de R\$62,9 milhões (94%) em comparação ao lucro líquido apurado no exercício de 2020, A diminuição do lucro em comparação com 2021 e 2020, estão justificadas pelas variações previamente apresentadas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Endividamento**

Endividamento			
R\$ milhões	2021	2020	Var.
Dívida Bruta	1.330,9	1.175,1	13,3%
Curto Prazo	90,5	59,0	53,3%
Longo Prazo	1.240,4	1.116,1	11,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(205,0)	(372,2)	-44,9%
Dívida Líquida	1.125,9	802,9	40,2%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento bruto totalizou R\$1.330,9 milhões, apresentando um aumento de R\$155,8 milhões ou 13,3% em relação ao exercício anterior. O aumento da dívida resulta principalmente da captação da 3ª liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES, ocorrida em 13 de dezembro de 2021, no valor de R\$90 milhões e da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA base para o cálculo dos juros, previamente mencionada.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o exercício de 2021 em R\$1.125,9 milhões. O grau de alavancagem medido pela dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 3,85x.

Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

Durante o exercício de 2021, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o pagamento de dividendos no valor de R\$0,950 milhão. A sociedade não realizou pagamento de Juros sobre o capital Próprio.

Investimentos:

Durante o exercício de 2021, foram investidos R\$291,5 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$298,3 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R\$589,8 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Sociedade no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Período	2021	2020	Var.%
Duplicação e Melhor. na Rodovia	109,1	29,9	265,2%
Recuperação de Pavimento	43,1	141,3	-69,5%
Demais Manut. e Recup. na Rodovia	46,2	37,0	25,0%
Operação da Rodovia	57,7	55,0	4,8%
Outros Investimentos	35,5	35,2	0,9%
Total	291,5	298,3	-2,3%

Em detrimento ao término da 1ª Intervenção de Pavimento do Trecho Existente, assim como do PAI (Programa de Adequação Inicial), obras de grande relevância, que tiveram a grande parcela de seu avanço desenvolvido em 2020, a Concessionária avançou, ao longo de 2021, suas obras de duplicação em 3 trechos da rodovia SP-255 que, ao término, totalizarão 54km duplicados, sendo as principais responsáveis pelo nível de Investimentos da Sociedade no exercício.

Outras melhorias vêm sendo executadas, como a construção de 02 (duas) Áreas de Descanso para Caminhoneiros e a implantação de tecnologias de rede, comunicação com o usuário e monitoramento de tráfego.

Em 2021 foram concluídas as obras de Duplicação SP-255 km 137-147 contendo 2 dispositivos, 2 pontes e conclusão do ADC (Área de descanso de caminhoneiros) km 136.

Também foram iniciadas as Duplicações na SP-255 no km 48 ao 77 contendo 2 dispositivos de acesso e km 155+770 ao 170+500 contendo 1 remodelação de dispositivo no km 156 e implantação de 2 novos dispositivos nos km 162+250 e 167+610

Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como o início dos serviços de Adequações de Passarelas localizados na SPA307/330 km 001+700, SPA 348/334 km 002+700, SP 328 km 294 e SPA 074/255 km 003+900. Além da conclusão de mais de 3 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2021	2020
Empregos diretos	697	681
Índice de rotatividade	4,09%	3,62%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 53,46% de homens, contra 46,54% de mulheres. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 69,81% dos profissionais. Vale mencionar que 14,13% possuem superior completo.

Ao longo de 2021, a Sociedade buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 5.163 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 7 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**Sustentabilidade**

Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas.

Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento.

Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias.

Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década.

Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta.

Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período.

Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice “zero” de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção.

Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020).

Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão.

Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio.

Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

AGRADECIMENTOS

A Sociedade gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes LTDA; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Diretoria

André Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Simone Aparecida Borsato
Conselheira

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheira

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

ViaPaulista S.A.

Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Imobiliários (CVM), domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) o fundo Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agencia Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

2. CONCESSÃO

O contrato de concessão e exploração da rodovia é constituído pelo sistema rodoviário mencionado na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 18, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de março de 2016, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira. As tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no mês de outubro de cada ano.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descritos a seguir:

- Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 77+100, do km 83+200 ao km 137+950, do km 137+950 ao km 147+300, do km 155+770 ao km 179+600, do km 179+600 ao km 237+430, do km 288+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 334+250 ao km 357+430;
- Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400;
- Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249 ao km 251 e do km 251 ao km 280; e
- Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente,

Notas Explicativas

tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

O preço devido pela Sociedade ao poder concedente em razão do direito de exploração do sistema rodoviário é composto pela outorga fixa e outorga variável, conforme nota explicativa nº 18.

Pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela Sociedade, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela Sociedade no mês imediatamente anterior ao pagamento.

O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$14.577.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$4.608.737 (R\$4.308.778 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1.652.345 (R\$1.515.276 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o nível de serviço adequado durante o prazo da concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do dia seguinte à extinção da concessão, das estruturas em geral, do pavimento e obras de arte especiais. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento.

Todo o sistema rodoviário deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) que estejam vigentes à época da extinção da concessão e, subsidiariamente com as normas internacionais correlatas para sistemas rodoviários de características similares.

No exercício de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (“exercício”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid-19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas

Notas Explicativas

sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas, porém a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas Explicativas

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Sociedade estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of completion* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais

Notas Explicativas

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como

Notas Explicativas

contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 - Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 - Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Notas Explicativas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Notas Explicativas

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto

Notas Explicativas

utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);

Notas Explicativas

(f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);

(g) IFRS 17 Contratos de Seguros;

(h) Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;

(i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);

(j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	2.842	2.547
Fundos de investimentos*	49.047	335.626
Total	<u>51.889</u>	<u>338.173</u>
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos**	13.611	20.699
Total	<u>13.611</u>	<u>20.699</u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 98,90% a.a do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (73,90% a.a em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	31.157	-	24.212	-
Cupons de pedágio a receber	294	-	292	-
Cartões de pedágio a receber	110	-	97	-
Receitas acessórias a receber (a)	3.054	-	2.977	-
Outras receitas a receber	2	181	1	15
Total	<u>34.617</u>	<u>181</u>	<u>27.579</u>	<u>15</u>

(a) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância receitas de fibras óticas e oleodutos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias

Notas Explicativas

que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Cronograma de recebimento:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	34.617	181	27.579	15
	<u>34.617</u>	<u>181</u>	<u>27.579</u>	<u>15</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue contabilizado:

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.097	95.986
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.073)	(32.635)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	-	3.133
Outras diferenças permanentes	(26)	390
Total	<u>(2.099)</u>	<u>(29.112)</u>
Imposto Contabilizado	(2.099)	(29.112)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(20.520)	(27.056)
Diferido	18.421	(2.056)
	<u>(2.099)</u>	<u>(29.112)</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(30%)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	3.696	2.542
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	295	38
Outras provisões	1.282	1.847
Provisão para manutenção de rodovias	68.142	24.700
Amortização acumulada de obras futuras	8.348	5.222
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	27.079	20.255
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.061	13.565
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	575	131
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	122.478	68.300
Alíquota nominal	34%	34%
Total	41.643	23.222
Total do imposto de renda e contribuição social	41.643	23.222

Movimentos de resultado estão representados por:

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(33.650)
Provisão de participação nos lucros	1.154	50
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	257	30
Outras provisões	(565)	(1.147)
Provisão para manutenção de rodovias	43.442	19.279
Amortização acumulada de obras futuras	3.126	3.183
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.824	6.735
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(504)	(500)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	444	(26)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	54.178	(6.046)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	18.421	(2.056)
Total do imposto de renda e contribuição social	18.421	(2.056)

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos.

A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

Notas Explicativas

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

O saldo aplicado em conta vinculada em 31 de dezembro de 2021 é de R\$139.489 (R\$13.317 em 31 de dezembro de 2020), com as respectivas taxas de rentabilidade 96,10% e 80,30% em relação ao CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2020	22	415	150	587
Adições	2	67	-	69
Saldo em 31.12.2021	<u>24</u>	<u>482</u>	<u>150</u>	<u>656</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2020	(2)	(65)	(16)	(83)
Depreciações	(2)	(95)	(16)	(113)
Saldo em 31.12.2021	<u>(4)</u>	<u>(160)</u>	<u>(32)</u>	<u>(196)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2020	20	350	134	504
Saldo em 31.12.2021	20	322	118	460
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	276	150	444
Adições	4	139	-	143
Saldo em 31.12.2020	<u>22</u>	<u>415</u>	<u>150</u>	<u>587</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2019	-	(8)	(1)	(9)
Depreciações	(2)	(57)	(15)	(74)
Saldo em 31.12.2020	<u>(2)</u>	<u>(65)</u>	<u>(16)</u>	<u>(83)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	268	149	435
Saldo em 31.12.2020	20	350	134	504
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	

Notas Explicativas**10. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
<u>Custo direito de uso</u>						
Saldo em 31.12.2020	15.210	2.098	376	637	90	18.411
Adições	160	-	8	-	55	223
Baixas	-	-	-	-	(95)	(95)
Saldo em 31.12.2021	<u>15.370</u>	<u>2.098</u>	<u>384</u>	<u>637</u>	<u>50</u>	<u>18.539</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(553)	(524)	(44)	(75)	(79)	(1.275)
Amortização	(3.034)	(1.050)	(272)	(449)	(62)	(4.867)
Baixa	-	-	-	-	95	95
Saldo em 31.12.2021	<u>(3.587)</u>	<u>(1.574)</u>	<u>(316)</u>	<u>(524)</u>	<u>(46)</u>	<u>(6.047)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	14.657	1.574	332	562	11	17.136
Saldo em 31.12.2021	11.783	524	68	113	4	12.492
Taxas de amortização - a.a.	20%	50%	50%	50%	75%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
<u>Custo direito de uso</u>						
Saldo em 31.12.2019	7.613	1.344	434	570	69	10.030
Adições	16.881	2.098	527	772	21	20.299
Baixas	(9.284)	(1.344)	(585)	(705)	-	(11.918)
Saldo em 31.12.2020	<u>15.210</u>	<u>2.098</u>	<u>376</u>	<u>637</u>	<u>90</u>	<u>18.411</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(4.171)	(800)	(271)	(307)	(35)	(5.584)
Amortização	(5.666)	(1.068)	(358)	(473)	(44)	(7.609)
Baixa	9.284	1.344	585	705	-	11.918
Saldo em 31.12.2020	<u>(553)</u>	<u>(524)</u>	<u>(44)</u>	<u>(75)</u>	<u>(79)</u>	<u>(1.275)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	3.442	544	163	263	34	4.446
Saldo em 31.12.2020	14.657	1.574	332	562	11	17.136
Taxas de amortização - a.a.	45%	40%	48%	49%	49%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2020	710.870	1.501.574	1.440	23	2.213.907	309.309	2.523.216
Adições	124.379	-	701	284	125.364	267.321	392.685
Transferências/reclassificações	253.197	-	-	(307)	252.890	(252.890)	-
Alienações/baixas	(1.250)	-	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.087.196</u>	<u>1.501.574</u>	<u>2.141</u>	<u>-</u>	<u>2.590.911</u>	<u>323.740</u>	<u>2.914.651</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(33.821)	(82.914)	(94)	-	(116.829)	-	(116.829)
Amortizações	(31.210)	(52.705)	(190)	-	(84.105)	-	(84.105)
Alienações/baixas	87	-	-	-	87	-	87
Saldo em 31.12.2021	<u>(64.944)</u>	<u>(135.619)</u>	<u>(284)</u>	<u>-</u>	<u>(200.847)</u>	<u>-</u>	<u>(200.847)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	677.049	1.418.660	1.346	23	2.097.078	309.309	2.406.387
Saldo em 31.12.2021	1.022.252	1.365.955	1.857	-	2.390.064	323.740	2.713.804
Taxas de amortização - a.a. (d)	4%	3%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2019	474.389	1.501.574	559	2	1.976.524	205.748	2.182.272
Adições	86.631	-	824	262	87.717	253.227	340.944
Transferências/reclassificações	149.850	-	57	(241)	149.666	(149.666)	-
Saldo em 31.12.2020	<u>710.870</u>	<u>1.501.574</u>	<u>1.440</u>	<u>23</u>	<u>2.213.907</u>	<u>309.309</u>	<u>2.523.216</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(11.992)	(30.617)	(7)	-	(42.616)	-	(42.616)
Amortizações/Reversões	(21.829)	(52.297)	(87)	-	(74.213)	-	(74.213)
Saldo em 31.12.2020	<u>(33.821)</u>	<u>(82.914)</u>	<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>(116.829)</u>	<u>-</u>	<u>(116.829)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	462.397	1.470.957	552	2	1.933.908	205.748	2.139.656
Saldo em 31.12.2020	677.049	1.418.660	1.346	23	2.097.078	309.309	2.406.387
Taxas de amortização - a.a. (d)	4%	3%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade complementou no montante de R\$48.169 (R\$21.346 em 31 de dezembro de 2020) o valor justo dos intangíveis e intangíveis em andamento tomando como base os custos de financiamento e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 24,24% e em 2020 20,57%, do total de juros provisionados no período, vide nota 12 e 13. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Sociedade avaliou e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

12. FINANCIAMENTOS

Em 13 de abril de 2020 a Sociedade obteve a 2ª liberação no valor de R\$362.808 e em 13 de dezembro de 2021 a 3ª liberação no valor de R\$90.000. Os referidos financiamentos tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2021	31.12.2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	994.312	832.598
				<u>994.312</u>	<u>832.598</u>
			Custo de transação	<u>(38.271)</u>	<u>(37.036)</u>
			Total Geral	<u>956.041</u>	<u>795.562</u>
			Circulante	39.900	17.429
			Não circulante	<u>916.141</u>	<u>778.133</u>
			Total	<u>956.041</u>	<u>795.562</u>

Notas Explicativas

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	18.927	813.671	832.598	1.091	441.141	442.232
Captações/Renovações	-	90.000	90.000	-	362.808	362.808
Juros provisionados	143.584	-	143.584	61.314	9.722	71.036
Amortização de principal	(17.886)	-	(17.886)	-	-	-
Pagamento de juros	(53.984)	-	(53.984)	(43.478)	-	(43.478)
Transferência	(49.129)	49.129	-	-	-	-
	<u>41.512</u>	<u>952.800</u>	<u>994.312</u>	<u>18.927</u>	<u>813.671</u>	<u>832.598</u>
Custo de transação	(1.612)	(36.659)	(38.271)	(1.498)	(35.538)	(37.036)
Saldo final	<u>39.900</u>	<u>916.141</u>	<u>956.041</u>	<u>17.429</u>	<u>778.133</u>	<u>795.562</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	38.526
2024	40.322
2024	42.118
2025	42.118
Após 2026	789.716
Total	<u>952.800</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não conceder mútuos a quaisquer empresas integrantes de seu Grupo Econômico sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- 2) Não realizar, sem prévia anuência do BNDES, a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, salvo se estejam, cumulativamente, atingidos requisitos expostos no inciso XXXII da cláusula 10 do Contrato de Financiamento com o BNDES, entre eles:
 - i. o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja maior ou igual a 1,3 com base nas demonstrações contábeis revisadas do últimos 04 (quatro) períodos trimestrais, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

ii. A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

3) Não reduzir o capital social da Sociedade:

- i. Para patamar abaixo de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil) sem a prévia anuência do BNDES;
- ii. Para patamar acima de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil), a não ser cumpridos os requisitos elencados no contrato de financiamento, caso em que independência de anuência prévia do BNDES.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun-27	384.164	390.356
				<u>384.164</u>	<u>390.356</u>
			Custo de transação	<u>(10.126)</u>	<u>(10.784)</u>
			Total	374.038	379.572
			Circulante	50.598	41.590
			Não circulante	<u>324.290</u>	<u>337.982</u>
			Total	374.888	379.572

Os saldos e movimentações estão representados por:

Notas Explicativas

Moeda local	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	43.260	347.096	390.356	25.068	373.069	398.137
Juros provisionados	18.402	36.770	55.172	18.733	14.027	32.760
Amortização de principal	(45.581)	-	(45.581)	(24.987)	-	(24.987)
Pagamento de juros	(15.783)	-	(15.783)	(15.554)	-	(15.554)
Transferências	52.000	(52.000)	-	40.000	(40.000)	-
	<u>52.298</u>	<u>331.866</u>	<u>384.164</u>	<u>43.260</u>	<u>347.096</u>	<u>390.356</u>
Custo de transação	(1.700)	(7.576)	(9.276)	(1.670)	(9.114)	(10.784)
Saldo final	<u>50.598</u>	<u>324.290</u>	<u>374.888</u>	<u>41.590</u>	<u>337.982</u>	<u>379.572</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000.000
		<u>400.000</u>			<u>400.000.000</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	79.733
2024	89.113
2024	63.317
2025	53.936
Após 2026	45.767
	<u>331.866</u>

As debêntures são garantidas por fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As escrituras da 2ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir:

Não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

(c) A Arteris S.A na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

- i. Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.
- ii. EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- iii. Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no passivo circulante de R\$40.241 (R\$28.159 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a passivos junto fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$14.063 (R\$12.788 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	4.662	12.604	17.266	4.233	370	4.603
Adições	223	-	223	-	20.299	20.299
Utilização (*)	(5.681)	-	(5.681)	(8.068)	-	(8.068)
Ajuste a valor presente - AVP	1.260	-	1.260	432	-	432
Transferência	3.141	(3.141)	-	8.065	(8.065)	-
	<u>3.605</u>	<u>9.463</u>	<u>13.068</u>	<u>4.662</u>	<u>12.604</u>	<u>17.266</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	3.095
2024	3.356
2025	3.012
2026	-
	<u>9.463</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020	
	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	15	8	16
	<u>15</u>	<u>8</u>	<u>16</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$5.204, (R\$8.246 em 31 de dezembro de 2020).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R\$94 e R\$435 para PIS e Cofins (R\$133 e R\$613 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a taxa média é de 8,42% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos e transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	9	-
Intervias S.A.	68	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	77	-
Total parte relacionada no ativo circulante	77	-
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	960	5.899
Intervias S.A. (c)	22	-
Vianorte S.A. (d)	-	59
Fernão Dias S.A. (e)	5	-
Litoral Sul S.A. (f)	2	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	-	64
Passivos com partes relacionadas circulante	989	6.022
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora(c)	-	1.884
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	-	1.884
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora(e)	949	2.574
Total dos dividendos a pagar	949	2.574
Total do passivo circulante	1.938	10.480

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Despesas gerais</u>
	<u>(a)</u>	<u>(a)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(17.053)	(8.696)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	(2)	(291)
Centrovias S.A.	-	(2)
Intervias S.A.	49	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(92)	(158)
Total	(17.098)	(9.147)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a serviços de controle de qualidade direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA para cada nova vigência contratual, vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
- (c) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 20.
- (d) Refere-se a aquisição de imobilizado.
- (e) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa 20.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou serviços de controle de qualidade nas rodovias da Sociedade, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$904, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, (R\$809 em 31 de dezembro de 2020) com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.437 (R\$1.336 em 31 de dezembro de 2020) já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$2.955 relativo ao rateio da *Holding* (R\$2.669 em 31 de dezembro de 2020), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica “Obrigações sociais” em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são de R\$3.696 e de R\$2.542, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão.

Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R\$1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R\$237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R\$450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente das Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R\$594 devido a utilização do conceito para o cálculo das atualizações mensais aplicado pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento.

Além disso, no exercício findo 31 de dezembro de 2021, foi pago o valor de R\$14.578, (R\$13.509 em 31 de dezembro de 2020) referente às parcelas da Outorga Variável.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Parcela variável (a)	1.435	1.251	1.435	1.251
Total	<u>1.435</u>	<u>1.251</u>	<u>1.435</u>	<u>1.251</u>

(*) Valores reais inseridos somente como informação adicional

(a) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal.

O montante a pagar de R\$1.435 é correspondente ao cálculo de dezembro de 2021.

Segue com posição do saldo de direito de outorga da concessão:

Valor do ágio ofertado corrido (10 de outubro de 2017)	1.039.903
1ª. parcela da outorga fixa (10 de outubro de 2017)	237.326
2ª. parcela da outorga fixa (04 de julho de 2019)	225.484 (*)
Correção monetária sobre a 2ª. parcela da outorga fixa (março/16 a outubro/17)	13.220 (*)
Direito de outorga da concessão bruto (Ativo intangível)	<u>1.515.933</u>
(-) AVP	<u>(14.358)</u>
Direito de outorga da concessão líquido (Ativo intangível)	<u>1.501.575</u>
Correção da dívida a partir do início da concessão (novembro/17 a outubro/18)	<u>9.759 (*)</u>

(*) Refere-se à somatória do total da 2ª. parcela da outorga fixa de R\$248.463.

19. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2021
Cíveis	38	641	(226)	(304)	149
Trabalhistas	-	42	-	(32)	10
Regulatório	-	571	(320)	(115)	136
Total	<u>38</u>	<u>1.254</u>	<u>(546)</u>	<u>(451)</u>	<u>295</u>

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2020
Cíveis	8	380	(141)	(209)	38
Total	<u>8</u>	<u>380</u>	<u>(141)</u>	<u>(209)</u>	<u>38</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.12.2021	31.12.2020
Cíveis (*)	194	162
Trabalhistas	10	29
Fiscal	363	-
Total	<u>567</u>	<u>191</u>

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

(b) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(c) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a (3,66% a.a em 2020) considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

A movimentação do saldo da provisão de investimentos e para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	6.295	-	99.659	24.700	105.954	24.700
Adições/Reversões	-	-	4.801	41.199	4.801	41.199
Ajuste a valor presente	-	-	6.824	2.243	6.824	2.243
Transferências	10.849	1.230	(10.849)	(1.230)	-	-
Saldo em 31.12.2021	<u>17.144</u>	<u>1.230</u>	<u>100.435</u>	<u>66.912</u>	<u>117.579</u>	<u>68.142</u>

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	9.395	-	112.551	5.421	121.946	5.421
Adições/Reversões	-	-	(22.726)	18.656	(22.726)	18.656
Ajuste a valor presente	-	-	6.734	623	6.734	623
Transferências	(3.100)	-	3.100	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	6.295	-	99.659	24.700	105.954	24.700

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.348.386 (R\$1.409.086 em 31 de dezembro de 2020), composto por 1.397.784.793 (1.397.784.793 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.348.386 (R\$1.409.086 em 31 de dezembro de 2020).

A Arteris realizou até 31 de dezembro de 2019, adiantamento para futuro aumento de capital “AFAC” no valor de R\$60.700, mediante aportes com objetivo de suprir as necessidades de caixa da ViaPaulista. Em 24 de janeiro de 2020 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$60.700 (sessenta milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 58.932.039 (cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta e duas mil e trinta e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,03.

Em 22 de fevereiro de 2021 foi realizado o pagamento de R\$60.700 referente a restituição de capital ao acionista da Sociedade, aprovada em 10 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade constituiu reserva legal de R\$200, representando 5% do lucro líquido acumulado.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

A Sociedade pagou no dia 22 de fevereiro de 2021, juros sobre o capital próprio referente ao resultado apurado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.216, o qual incidiu a quantia de R\$332, devido ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sendo o montante líquido de R\$1.884.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$950, a título de dividendos propostos:

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo acumulado	-	(17.232)
Lucro líquido do exercício	3.998	66.874
Reserva legal de 5%	(200)	(2.482)
Base de cálculo	3.798	47.160
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	950	11.790
Juros sobre capital próprio	-	9.216
Dividendos obrigatórios	950	2.574
	950	11.790
Número de ações durante o exercício	1.397.785	1.393.920
Dividendos por ação distribuído	-	0,01
Dividendos por ação proposto	0,00	0,00
Dividendo por ação	0	0

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita de serviços prestados	487.912	445.539
Receita de serviços de construção	339.037	341.422
Outras receitas	4.094	4.366
Receita bruta	831.043	791.327
ISSQN	(24.299)	(22.260)
PIS	(3.198)	(2.924)
COFINS	(14.758)	(13.496)
Outras deduções	(69)	(34)
Receita líquida	788.719	752.613

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	31.12.2021	31.12.2020
Custos:		
Com pessoal	(29.707)	(23.461)
Serviços de terceiros	(22.456)	(23.898)
Conservação	(37.316)	(21.496)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.716)	(2.270)
Consumo	(4.811)	(3.896)
Transportes	(5.678)	(4.296)
Verba de fiscalização	(14.762)	(13.499)
Seguros / Garantias	(2.662)	(3.596)
Ônus variável	(14.762)	(13.499)
Provisão de manutenção em rodovias	(41.199)	(18.656)
Custos de serviços da construção	(339.037)	(341.422)
Depreciação / Amortização	(36.159)	(29.540)
Amortização da Outorga	(52.706)	(52.297)
Outros	(168)	(564)
Total	(604.139)	(552.390)
	31.12.2021	31.12.2020
Despesas:		
Com pessoal	(14.993)	(7.640)
Serviços de terceiros	(2.276)	(1.903)
Manutenção de bens e conservação	(1.836)	(1.185)
Consumo	(2.841)	(2.070)
Transportes	(65)	(139)
Seguros/Garantias	(44)	(48)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(708)	(244)
Comunicação e marketing	(462)	(241)
Publicações legais	(273)	(261)
Depreciação / Amortização	(220)	(59)
Outros	(863)	(699)
Total	(24.581)	(14.489)

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	10.343	3.577
Outras receitas	1	83
Total	10.344	3.660
	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(150.587)	(82.450)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(10.327)	(7.789)
Outras despesas	(5.584)	(4.008)
Total	(166.498)	(94.247)
	31.12.2021	31.12.2020
Outros resultados financeiros líquidos:		
Variação cambial líquida	(23)	(39)
Total	(23)	(39)

Notas Explicativas

Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$198.756, o montante de R\$48.169 foi capitalizado (R\$58.788 e R\$21.346 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração do fluxo de caixa de investimento.

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	31.12.2021	31.12.2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	392.685	340.944
Total das adições de imobilizado	69	143
Juros capitalizados - financiamentos	(45.934)	(18.630)
Juros capitalizados - debêntures	(2.235)	(2.716)
	<u>344.585</u>	<u>319.741</u>
Aquisição (adições)	(344.585)	(319.741)
Fornecedores	30.308	38.712
Obrigações fiscais	17.749	2.626
Contas a pagar - partes relacionadas	(833)	1.200
Cauções contratuais	1.053	1.582
Provisão para investimentos em rodovias	4.801	(22.726)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(291.507)</u>	<u>(298.347)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(69)	(143)
Fluxo de caixa intangível	(291.438)	(298.204)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(291.507)</u>	<u>(298.347)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	53.078	21.394
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	-	1.884

25. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro do exercício.

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro do exercício	3.998	66.874
Número de ações durante exercício (*)	<u>1.397.785</u>	<u>1.393.920</u>
Lucro por ação	<u>0,0029</u>	<u>0,0480</u>

(*) Vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

Notas Explicativas

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2020		0,00%		1.397.784.793	1.397.784.793
	31.12.2021	365	0,00%	-	-	1.397.784.793
					Média ponderada (em milhares)	1.397.785

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2019	0	0,00%	-	1.338.852.754	1.338.852.754
Ata AGE	24.01.2020	158	86,81%	58.932.039	1.397.784.793	51.160.781
	30.06.2020	182	0,00%	58.932.039	-	1.390.013.535
					Média ponderada (em milhares)	1.390.014

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31.12.2021		31.12.2020	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	51.889	51.889	338.173	338.173
Aplicação financeira	Nível 2	1	13.611	13.611	20.699	20.699
Contas a receber clientes	Nível 2	2	34.617	34.617	27.579	27.579
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	77	77	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	139.489	139.489	13.317	13.317
Outros Créditos	Nível 2	2	427	427	188	188
			<u>240.110</u>	<u>240.110</u>	<u>399.956</u>	<u>399.956</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	956.041	956.041	795.562	795.562
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	989	989	7.906	7.906
Debêntures (**)	Nível 2	1	384.164	389.275	390.356	382.159
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	54.304	54.304	40.947	40.947
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.436	1.436	1.251	1.251
Credores pela concessão	Nível 2	2	1.435	1.435	1.251	1.251
Outras contas a pagar	Nível 2	2	15.323	15.323	5.653	5.653
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	13.068	13.068	17.266	17.266
			<u>1.427.709</u>	<u>1.432.820</u>	<u>1.260.192</u>	<u>1.251.995</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Receita de aplicações financeiras	22.457	28.071	33.685	16.842
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>22.457</u>	<u>28.071</u>	<u>33.685</u>	<u>16.842</u>
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer - BNDES	(84.894)	(97.815)	(110.737)	(71.973)
Juros a incorrer - Debêntures	(35.224)	(40.245)	(45.226)	(30.202)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(120.118)</u>	<u>(138.060)</u>	<u>(155.963)</u>	<u>(102.175)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(97.661)</u>	<u>(109.989)</u>	<u>(122.278)</u>	<u>(85.333)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$31.157 das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Movemais, Veloe, Facillite e Greenpass, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Notas Explicativas

A sua controladora Arteris S/A gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$102.357 (em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante não excedeu o ativo circulante).

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	13,01%	956.041	1.741.481	16.391	82.948	193.100	187.809	1.261.233
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	13.068	14.214	191	955	3.605	6.451	3.012
Debêntures - IPCA	15,01%	374.888	399.854	-	65.960	168.845	117.254	47.795
Fornecedores e cauções contratuais	-	54.304	54.304	-	54.304	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	989	989	-	989	-	-	-
Credores pela concessão	-	1.435	1.435	-	1.435	-	-	-
Outras contas a pagar	-	15.323	15.323	-	15.323	-	-	-
		1.416.048	2.227.600	16.582	221.914	365.550	311.514	1.312.040

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	23.387
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	831.526

(*) Por sinistro.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de fevereiro de 2022 a Sociedade obteve a 4ª liberação dos subcréditos 1, 2 e 5, do financiamento do BNDES, no valor de R\$163.000. O referido financiamento tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda. Avenida Presidente Vargas, 2.121 Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América Edifício Times Square Business 14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil Telefone +55 (16) 3323-6650 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Via Paulista S.A. Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Via Paulista S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Via Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 41.643 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:-

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance): (i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo das concessões

Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 13 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 267.321 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos com ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Sociedade exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:-

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade.
- Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia.
- Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.— Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto - SP, 23 de fevereiro de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2 SP-027666/FGustavo de Souza Matthiesen Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da DiretoriaNa qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2022.André Giavina BianchiDiretor Executivo de OperaçõesRicardo Tozzi GerabDiretor de OperaçõesSimone Aparecida BorsatoDiretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da DiretoriaNa qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2022.André Giavina BianchiDiretor Executivo de OperaçõesRicardo Tozzi GerabDiretor de OperaçõesSimone Aparecida BorsatoDiretora Financeira e de Relações com Investidores